

Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

LEI COMPLEMENTAR N.º 011/01 de 23/04/2001.

| |
|---|
| <p><u>AFIXADO NO MURAL</u></p> <p>Em 26 de Maio de 2001</p> <p><i>M. B. Soares</i></p> <p>Recepcionista</p> |
|---|

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS

O Senhor **JOSÉ SERAFIM BORGES**, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas legais atribuições e fundamentado no o art. 47 da Lei Orgânica do município e Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90, **Faz Saber**, que a Câmara Municipal **Aprovou** e Eu **Sanciono** a seguinte Lei:

- I – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE;
- II – CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
- III – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

CAPITULO I CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 1º - Fica criado nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal que regem a matéria, o Conselho Municipal de Saúde – C.M.S., com funções de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, como órgão colegiado superior, responsável pelo Sistema Único de Saúde - SUS – no Município de PORTO ESPERIDIÃO. Com o objetivo de esclarecer, acompanhar e avaliar a política municipal de saúde e efetivar a participação da comunidade na gestão do Sistema.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Saúde :

- I. – Atuar na formulação de estratégias e no controle da política de saúde, incluídos aos seus aspectos econômicos e financeiros, que serão fiscalizados mediante o acompanhamento de execução orçamentária;
- II. – Articular – se com os demais órgãos colegiados do Sistema Único de Saúde, das esferas Federal e Estadual de Governo;



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

- III. – Organizar e normatizar Diretrizes para a elaboração do Plano Municipais de Saúde estabelecidas nas conferências municipais de Saúde, adequando – as à realidade epidemiológica a capacidade organizacional dos serviços ;
- IV. – Propor adoção de critérios que definam padrão de qualidade e melhor resolatividade de ações e serviços de saúde, verificando, também, o processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área;
- V. – Propor critério para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação de recursos.
- VI. – Analisar e deliberar as contas dos órgãos integrantes do SUS;
- VII. – Propor medidas para o aperfeiçoamento da organização do funcionamento do sistema único de saúde do município;
- VIII. – Examinar proposta e denúncias, responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde, bem como apreciar a respeito de deliberação do colegiado;
- IX. – Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, prestada à população pelos órgãos e entidades públicas e privada, integrante dos SUS no Município, impugnando aqueles que eventualmente contrariam as diretrizes da política de saúde ou organização do sistema;
- X. – Incentivar e defender a municipalização de ações, serviços e recursos de saúde como forma de descentralização de atividades,
- XI. – Solicitar informações de caráter operacional, técnico-administrativo, econômico-financeiro, de gestão de recursos humano e outros que digam respeito à estrutura e licenciamento de órgãos públicos e privados, vinculados ao SUS;
- XII. – Divulgar e possibilitar o amplo conhecimento do SUS no município, à população, e às instituições públicas e privadas;
- XIII. – Definir os critérios para a elaboração de contratos ou convênios, entre o setor público e as entidades privadas, no que tange a prestação de serviços de saúde;
- XIV. – Apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior e acompanhar e controlar seu cumprimento;
- XV. – Estabelecer diretrizes quanto à localização e ao tipo de unidades prestadores de serviços públicos e privados, no âmbito do SUS;
- XV. – Garantir a participação e o controle comunitário, através da sociedade civil organizada, nas instâncias colegiada gestoras das ações de saúde;
- XVI. – Apoiar e normatizar a organização de Conselhos Comunitária de Saúde;

Tel. (0**65) 225-1181 / 1139 - Fax: (0**65) 225-1350

Av. 13 de Maio nº 492 - Cep. 78.240.000 - Porto Esperidião - MT





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

- XVII. – Promover articulações com os órgãos de fiscalização do exercício profissional e outras entidades representativas da sociedade civil, para definição e controle dos padrões éticos, para pesquisa e prestação de serviços de saúde;
- XVIII. – Promover articulação entre o Serviço de Saúde e as instituições de ensino profissional e superior, com finalidade de propor prioridade, método e estratégias para a formação e educação continuadas dos recursos humanos do SUS, assim como a pesquisa e a cooperação técnica entre essas instituições;
- XIX. – Elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Municipal de Saúde, bem como, qualquer modificação que julgar necessária submetendo em seguida à homologação do Executivo Municipal;
- XX. – Outras atribuições estabelecidas em normas complementares;
- XXI. – solicitar a convocação da Conferência Municipal de Saúde, no mínimo a cada dois (02) anos;

Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde será paritário e composto em uma das partes pelos representantes de governo, trabalhadores de saúde e prestadores públicos e privados e, em outra por representantes de usuários.

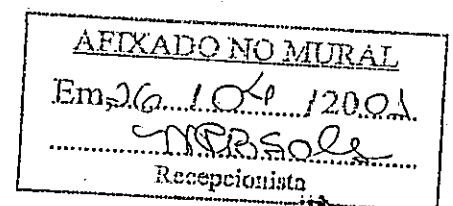
I - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde composto paritariamente por 12 (doze) representantes, de diversos seguimentos da sociedade, sendo:

II -- 50% de representantes, composto de: Governo Municipal, Trabalhadores de Saúde e Prestadores de Serviços.

- 1 – SMS
- 2 – SMED
- 3 – Trabalhadores da Saúde Pública.
- 4 – Prestadores de Serviço de Saúde Pública ou Privado.
- 5 – EMPAER / INDEIA
- 6 – Comércio de medicamento

III – 50% de representantes dos usuários:

- 1 – Associação Comunitária Urbana / Rural:
- 2 – Associação Comunitária Urbana/ Rural:
- 3 – Igreja Católica:
- 4 – Igrejas Evangélicas:
- 5 – Sindicato Rural



Tel. (0**65) 225-1181 / 1139 - Fax: (0**65) 225-1350
Av. 13 de Maio nº 492 - Cep. 78.240.000 - Porto Esperidião - MT





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

6 – Sindicato Servidores Urbano

Art. 4º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão indicados pelos segmentos das entidades que representam e nomeados pelo Prefeito Municipal;

§ 1º - No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o suplente, até que se procedam novas indicações;

§ 2º - Perderá o mandato o conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três (03) reuniões consecutivas ou a cinco (05) intercaladas no período de um ano, salvo se estiver representado pelos suplentes;

Art. 5º - O presidente do Conselho Municipal de Saúde será eleito entre seus pares na primeira reunião ordinária, após aprovação desta Lei, ficando as eleições pósteres para serem definidas as datas através do Regimento Interno.

Art. 6º - A função de membro do Conselho Municipal de Saúde é considerado de interesse público e não será remunerada.

Art. 7º - O Mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde será de dois (02) anos, renovável por igual período, cumprindo-lhes exercer suas funções até a designação de seus substitutos.

Parágrafo Único - No término do mandato do Poder Executivo Municipal, considerar-se-ão dispensados, após nomeação dos substitutos, os membros do Conselho Municipal de Saúde, representantes do poder público Municipal.

Art. 8º - Considerar-se-ão colaboradores do Conselho Municipal de Saúde, as Universidades e demais entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços e saúde.

Art. 9º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, no mínimo 1 (uma) vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente, ou quando convocado na forma regimental.

§ 1º - As reuniões do Conselho Municipal de Saúde, instalar-se-ão com a presença de maioria de seus membros com direitos a voto, que deliberarão pela maioria dos presentes.

Tel. (0**65) 225-1181 / 1139 - Fax: (0**65) 225-1350

Av. 13 de Maio nº 492 - Cep. 78.240.000 - Porto Esperidião - MT





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

§ 2º - Cada membro terá direito a 1 (um) voto.

§ 3º - O Presidente do Conselho Municipal de Saúde terá somente o voto de qualidade, bem como a prerrogativa de deliberar "AD REFERENDUM" do plenário..

Art. 10 - Caberá aos Conselheiros a designação do vice-presidente e do Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde, que deverão ser escolhidos entre seus membros titulares, na primeira reunião ordinária, juntamente com a escolha do presidente, que as eleições posteriores serão defendidas através do regimento interno.

Art. 11 - O Conselho Municipal de Saúde poderá constituir comissões que contribuam para o andamento dos seus trabalhos.

Parágrafo Único. Para composição das comissões de que trata o capítulo deste artigo, poderão ser convidados como colaboradores: entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros.

Art. 12 - Nos termos da Lei Federal n.º. 8.142, artigo 1º., parágrafo 2º., as decisões do Conselho Municipal de saúde deverão ser homologadas pelo Secretário Municipal de Saúde, nas fases regimental.

Parágrafo Único. As decisões do Conselho Municipal de Saúde, serão consubstanciadas em deliberações, cabendo á Secretaria Municipal de Saúde, tomar as medidas administrativas necessárias para sua efetivação.

Art. 13 - A Secretaria Municipal de Saúde proporcionará ao Conselho Municipal de Saúde, as condições para o seu pleno e regular funcionamento e lhe dará suporte técnicos e administrativo necessário, sem prejuízo de colaborações dos demais órgão e entidades nele representados.

CAPÍTULO II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 14 - A Conferência Municipal de Saúde, criada por força da Lei Orgânica de Saúde, tem por objetivo precípua, avaliar a situação do Sistema Única de Saúde e propor diretrizes para a formulação e o aperfeiçoamento da Política de

Tel. (0**65) 225-1181 / 1139 - Fax: (0**65) 225-1350
Av. 13 de Maio nº 492 - Cep. 78.240.000 - Porto Esperidião - MT





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

Saúde no Município, com a participação ativa de todos os seguimento da sociedade

Art. 15 - A Conferência será convocada pelo Poder Executivo, ou extraordinariamente, por este ou pelo Conselho Municipal de Saúde, e se reunirá a cada dois anos.

Parágrafo Único: - No objeto da convocação deverá constar o tema central da Conferência.

Art. 16 - O secretário Municipal de Saúde, presidirá a Conferência Municipal.

Art. 17 - O Poder Executivo, expedirá mediante Decreto, o Regimento Especial de cada Conferência, dispondo sobre a sua organização, funcionamento e os objetivos a serem delineados.

Parágrafo Único: O Regimento Especial será elaborado por uma Comissão designada para esse fim, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e referendado pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO III FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 18 - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem o objetivo criar condições *financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenados pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:*

I – O atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado:

II – A vigilância sanitária:

III – A vigilância epidemiológica e ações de interesse individual e coletivo correspondente:

IV – O controle e a fiscalização das agressão ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

Tel. (0**65) 225-1181 / 1139 - Fax: (0**65) 225-1350
Av. 13 de Maio nº 492 - Cep. 78.240.000 - Porto Esperidião - MT





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

Art. 19 – O Fundo Municipal de Saúde ficará subordinado ao Secretário Municipal de Saúde.

Art. 20 – São atribuição do Secretário Municipal de Saúde:

I – Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer Políticas de aplicação de seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde:

II – Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde:

III – Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o Plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

IV – Submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesas do Fundo.

V – Encaminhar a contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas ao inciso Anterior:

VI – Subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede Municipal:

VII – Assinar cheques com os responsáveis pela tesouraria, quando for o caso:

VIII – Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do fundo:

XI – Firmar convênio e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com Prefeito referente à recursos que serão administrados pelo Fundo.

Art. 21 – São atribuições do coordenador do Fundo:

I – Preparar demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde:

II – Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo:



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

III – Manter, em coordenação com o setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com a carga do Fundo:

IV – Encaminhar a Contabilidade Geral do Município:

- a) – Mensalmente, as demonstrações das receitas e despesas:
- b) – Trimestralmente, os inventários de estoques de Medicamentos e de instrumentos Médicos:
- c) – Anualmente, o inventário dos bens Móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo.

V – Firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente.

VI – Preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações para serem submetidas ao Secretário Municipal de Saúde:

VII – Providenciar, junto à Contabilidade Geral do Município, as demonstrações que indicam a situação econômica financeira geral do Fundo Municipal de Saúde:

VIII – Apresentar ao Secretário Municipal de Saúde a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionada.

IX – Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde:

X – Encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior:

XI – Manter o controle e a avaliação da produção das Unidades integrantes da rede Municipal de Saúde:

XII – Encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede Municipal de Saúde nos demais serviços.

Tel. (0**65) 225-1181 / 1139 - Fax: (0**65) 225-1350
Av. 13 de Maio nº 492 - Cep. 78.240.000 - Porto Esperidião - MT





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

Art. 22 – São Receitas do Fundo:

I – As transferências oriundas de orçamento de seguridade social, como decorrência do que dispõe o Artigo 30, VII, da Constituição da República:

II – Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras:

III – O produto de convênios firmados com outras entidades financeiras:

IV – O produto de arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao código sanitário Municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar:

V – As parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força da Lei e de convênios no setor:

VI – Doações em espécies feitas diretamente para este fundo:

§ 1º. – As receitas descritas neste Artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º. – A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I – desistência de disponibilidade em função do cumprimento de programação:

II – De prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 23 – Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde

I – Disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas:

II – Direitos que por ventura vier a constituir:

III – Bens imóveis que forem destinados ao sistema de Saúde do Município:





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

IV – Bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de Saúde:

V – Bens móveis imóveis destinados à administração do sistema de saúde do Município.

Parágrafo Único: - Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

Art. 24 – Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema municipal de saúde.

Art. 25 – O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observados os Planos Plurianuais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os princípios de universalidade e do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município, em observância ao princípio da unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 26 – A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, Patrimonial e orçamentária do sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na Legislação pertinente.

Art. 27 – A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio concomitante e subsequente e de informar, inclusive de aprimorar e apurar a custos dos serviços e conseqüentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interromper e analisar os resultados obtidos.

Art. 28 – A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesas do *Fundo Municipal de Saúde* e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral no Município.

Art. 29 – Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde aprovará o quadro de quotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras de sistema Municipal de Saúde.

Parágrafo Único: - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento de sua execução.

Art. 30 – Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária .

Parágrafo Único: - Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados por Lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 31 – A despesa do Fundo Municipal de Saúde, se constituirá de:

I – Financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria ou com ela conveniados:

II – pagamentos de vencimentos, salários gratificação ao pessoal dos órgão ou entidades de administração direta ou indireta que participe da execução das ações previstas no artigo 1º da presente Lei:

III – Pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor de Saúde, observado o disposto no Parágrafo 1º , artigo 199 da Constituição Federal.

IV – aquisição do material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas:

V – constituição, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóvel para adequação de rede física de prestação de serviços de saúde:

Tel. (0**65) 225-1181 / 1139 - Fax: (0**65) 225-1350
Av. 13 de Maio nº 492 - Cep. 78.240.000 - Porto Esperidião - MT





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ADMINISTRANDO COM O POVO

VI – Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, Planejamento, administração e controle das ações de Saúde:

VII – Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde:

VIII – atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no artigo 21 da presente Lei.

Art. 32 – A execução orçamentária da receita se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

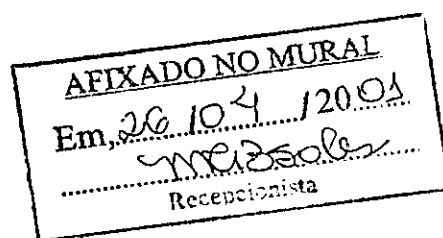
Art. 33 – O Fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Art. 34 – As despesas de implantação do Fundo de que trata a presente Lei, correrá por conta de dotações próprias do Orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº de 07 de agosto de 1996, e com validades todos os atos praticados mesma vigência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 26 de Abril de 2001.



José Serafim Borges
Prefeito Municipal